

TUDO QUE
VOCÊ PRECISA
SABER SOBRE
A SUA CIDADE

R\$ 5,00

11 de
Outubro
de 2026
Nº 9.881

35
anos

SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ♦ HORTOLÂNDIA ♦ NOVA ODESSA ♦ MONTE MOR ♦ ELIAS FAUSTO ♦ PAULÍNIA ♦ CAMPINAS ♦ AMERICANA

Urnas enfraquecem os Dalben e Sumaré vê novos líderes surgirem para o futuro

Resultados das eleições de 2024 e 2026 mostram mudança no cenário político de Sumaré, com a perda de força eleitoral da família Dalben e o crescimento de outras lideranças no município; Luiz e Dirceu registraram votações menores neste ano



FOTOS: ARQUIVO | TRIBUNA LIBERAL

Em apenas dois anos, a política de Sumaré ganhou novos protagonistas e viu antigas lideranças perderem parte de sua força nas urnas. A eleição de Henrique do Paraíso para a Prefeitura, em 2024, abriu caminho para uma nova configuração política no município. Em 2026, seu irmão Raí liderou a votação local para deputado federal, enquanto Wilian Souza foi o mais votado para estadual. **PÁGINA 03**

Hortolândia dá vitória para Flávio e impõe nova derrota eleitoral ao PT

Município que em 2014 foi o único do Estado a dar vitória a Dilma Rousseff no primeiro turno confirma o avanço do bolsonarismo nas urnas; Flávio Bolsonaro recebeu 66.202 votos, equivalentes a 52,62% de escolhas válidas, contra 47.873 de Luiz Inácio Lula da Silva; diferença ultrapassou 18 mil votos e cresceu em relação ao 1º turno de 2022 **PÁGINA 05**

CANDIDATO DO PL



© PAULO PINTO | AGÊNCIA BRASIL

Direita aumenta votação sobre presidente Lula em Paulínia

Paulínia voltou a confirmar no domingo (4) uma tendência que já vinha aparecendo nas últimas eleições presidenciais. Flávio Bolsonaro (PL) foi o candidato mais votado na cidade, com 39.264 votos, ou 56,28% dos válidos, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu 23.575 votos, equivalentes a 33,79%. A vantagem do candidato do PL chegou a 15.689 votos e 22,49 pontos percentuais. **PÁGINA 06**

RESSARCIMENTO EM PAULÍNIA



FOTOS: ARQUIVO | TRIBUNA LIBERAL

Justiça condena Moura Jr e Pavan por dano ao erário

A Justiça de Paulínia condenou os ex-prefeitos José Pavan Junior e Edson Moura Junior, além da empresa Luiz Viana Transportes Ltda., ao ressarcimento dos cofres municipais por prejuízos relacionados a um contrato de locação de veículos firmado pela Prefeitura. A sentença reconheceu ainda a prática de atos de improbidade administrativa por Pavan, que teve determinada a suspensão dos direitos políticos por oito anos, entre outras sanções. **PÁGINA 07**

IMPOSTO

Parecer aprova projeto que mantém isenção de IPTU em Nova Odessa

PÁGINA 09

COMUNICADO

Em virtude do feriado de **Nossa Senhora Aparecida**, não haverá circulação nesta terça-feira, dia 13/10. A circulação volta ao normal na quarta-feira, dia 14/10

CHARGE



REDE MUNICIPAL

Sumaré estuda PPP para construir e ampliar escolas **PÁGINA 04**



TEMOS VAGAS!
DE EMPREGO

Buscando novas **oportunidades**?
Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!



GRUPO A EXECUTIVA
DESDE 1974

Urnas redesenham a política e abrem espaço a novas lideranças em Sumaré

Derrota de Eder Dalben na disputa pela Prefeitura e votações menores de Luiz e Antonio Dirceu Dalben contrastam com avanço de Henrique e Raí do Paraíso, Willian Souza e outros nomes que ampliaram presença eleitoral no município



Mais do que apontar o desaparecimento de um grupo político, os resultados indicam reorganização do eleitor

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As duas últimas eleições apontam para uma mudança importante no mapa político de Sumaré. Depois de anos em que a família Dalben ocupou posição central nas disputas eleitorais do município, os resultados de 2024 e 2026

mostram um eleitorado mais aberto a outras lideranças e uma distribuição de votos bastante diferente daquela observada no início da década.

A mudança começou a ficar mais evidente na eleição municipal de 2024. Naquele ano, Eder Dalben (Cidadania) tentou manter o grupo da família no comando da

Prefeitura, mas terminou o primeiro turno na terceira colocação, com 21.819 votos, ou 16,95% dos válidos. Henrique do Paraíso (Republicanos) liderou com 57.171 votos, 44,41%, enquanto Willian Souza (PT) recebeu 40.550, 31,50%.

Henrique e Willian avançaram para o segundo turno, deixando naquele plei-

to a família Dalben fora da disputa final pelo comando do Executivo. Henrique acabou eleito prefeito com 72.003 votos, equivalentes a 58,22% dos válidos. Willian terminou com 51.668 votos, ou 41,78%.

A comparação com 2020 ajuda a dimensionar a transformação. Luiz Dalben havia sido reeleito prefeito naquele ano com 60,7% dos votos válidos. Quatro anos depois, a candidatura de Eder Dalben ficou em 16,95%. A queda foi de quase 44 pontos percentuais na participação eleitoral do grupo na disputa pela Prefeitura.

Dois anos depois, as urnas de 2026 reforçaram esse processo de redistribuição das forças políticas locais.

Na eleição para deputado federal, Raí do Paraíso (Republicanos), irmão do prefeito Henrique do Paraíso e vereador em segundo mandato, foi disparado o candidato mais votado em Sumaré. Ele recebeu 42.328 votos, equivalentes a 30,55% dos votos válidos para o cargo no município.

Lucas Pavanato (PL) apareceu em seguida, com 16.286 votos, seguido de

Erika Hilton (PSOL), com 7.702. Luiz Dalben (PSD), ex-prefeito de Sumaré, terminou em quarto lugar na votação municipal para deputado federal, com 5.632 votos, ou 4,06%.

A distância entre Raí e Luiz ajuda a mostrar o tamanho da mudança eleitoral. O candidato do Republicanos recebeu em Sumaré mais de sete vezes a votação alcançada pelo ex-prefeito na disputa federal.

Raí também ampliou de forma expressiva sua própria base eleitoral. Em 2024, quando foi eleito vereador, havia recebido 2.261 votos. Na eleição federal de domingo, chegou a 42.328 votos somente em Sumaré. O crescimento ocorreu em um período de dois anos e acompanhou a ascensão do grupo político liderado atualmente pelo prefeito Henrique do Paraíso.

O movimento não ficou restrito ao grupo governista. Na eleição para deputado estadual, Willian Souza (PT) foi o mais votado em Sumaré, com 24.697 votos, correspondentes a 18,08% dos válidos.

O resultado mantém Willian como uma das

principais forças eleitorais do município depois de ter chegado ao segundo turno da eleição para prefeito em 2024. Na ocasião, ele havia recebido 40.550 votos no primeiro turno e 51.668 no segundo.

A votação para a Assembleia Legislativa também revelou outros nomes com presença significativa no eleitorado sumareense. Rafael Virginelli (MDB) recebeu 13.117 votos, Eduarda Campopiano (PL), 12.712, e Alan Leal (PRD), 9.304.

Dirceu Dalben (PSD), que durante anos concentrou parte importante da votação local para deputado estadual, terminou em quinto lugar em Sumaré, com 6.616 votos, equivalentes a 4,84% dos válidos.

Os números não significam que a família Dalben tenha deixado de ter presença política no município. Luiz e Dirceu continuam sendo figuras conhecidas do eleitorado e mantêm grupos e relações políticas construídas ao longo de décadas. As urnas, porém, mostram uma redução importante da concentração eleitoral que já esteve associada ao sobrenome.

Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (490) Aproximadamente 40 milhões de eleitores

Se deixarmos de lado a polarização, o terceiro colocado do primeiro turno não tinha número na urna: foi a **senhora Abstenção**. Flávio Bolsonaro recebeu 56,1 milhões de votos; Lula, 53,9 milhões; e 33,5 milhões de eleitores, 21,08% do eleitorado, simplesmente não foram votar. É quase quatro vezes a soma de todos os demais candidatos.

Entre os que compareceram, 2,3 milhões votaram em branco (1,84%) e 3,7 milhões anularam o voto (2,93%). A diferença está na forma, não no efeito. O voto em branco tem tecla própria; o nulo se faz digitando um número que não corresponde a nenhum candidato. Pela Constituição e pela lei eleitoral, nenhum dos dois entra na conta dos votos válidos, que é a que decide a eleição. Não vão para quem está na frente, como ainda se ouve por aí. E não anulam eleição nenhuma, mesmo que fossem maioria: a regra que manda repetir o pleito trata de votos anulados pela Justiça Eleitoral, por fraude, e não do voto nulo do eleitor. E, viva o Garotinho!

Quem quiser bulir no resultado do dia 25 talvez deva começar por aí. Em 2022, entre um turno e outro, Bolsonaro somou 7,13 milhões de votos e Lula, 3,09 milhões. Antes dos slogans e das explicações confortáveis, convém sen-

tar-se diante dos números e lê-los com a frieza que eles exigem.

O primeiro turno respondeu quem ganhou força, mas **deixou em aberto como o país será governado** em 2027. A leitura desta semana já está pronta: a direita venceu, o Congresso mandará, a polarização se aprofundou. Pode ser! **Mas eleição decide ocupantes, não decide sozinha como o poder vai funcionar.**

E, se... as urnas não tiverem encerrado as disputas? De um lado, o que se diz esta semana. Do outro, dez hipóteses contra a corrente.

O que se diz esta semana	E, se...
"As alianças vão decidir o segundo turno."	E, se... os 33,5 milhões que ficaram em casa pesarem mais que qualquer apoio declarado, e o dia 25 for de quem trouxer o assente de volta?
"A polarização só vai aumentar."	E, se... a temperatura do país baixar depois do segundo turno, ainda que os adversários continuem adversários?
"O presidente será refém do Congresso; o PL é hegemônico."	E, se... quem vencer começar 2027 mais forte do que parece? Os 121 deputados do PL estão longe dos 257 da maioria, e a fragmentação pode ser justamente o que permite coalizões amplas.
"Vem aí o confronto entre Senado e Supremo."	E, se... os 28 senadores do PL trocarem o enfrentamento pela acomodação, provando que julga e o mandato não são a mesma coisa?
"O STF continuará no centro de tudo."	E, se... o Supremo sair aos poucos da política cotidiana, e certas decisões voltarem ao Legislativo e ao Executivo?
"A corrida de 2030 começou nos estados."	E, se... nenhum dos vinte governadores eleitos no primeiro turno for o nome de 2030, e a próxima liderança nacional surgir fora desse grupo?
"Haverá crise fiscal no primeiro semestre."	E, se... não houver o grande pacote que todos esperam, e o ajuste acontecer em silêncio, em dezenas de pequenas decisões sobre a qualidade do gasto?
"A reforma tributária vai sufocar os municípios."	E, se... as prefeituras descobrirem na reforma oportunidades de simplificação, informação e eficiência arrecadatória?
"O mercado já sabe qual política econômica esperar de cada candidato."	E, se... a maior surpresa de 2027 vier justamente da economia? E se Daniela Marques, ligada à escola de Paulo Guedes, ajudar a construir uma política menos previsível do que o mercado imagina, enquanto Lula, se reeleito, surpreender com maior disciplina fiscal? E se, no fim, a realidade das contas públicas aproximar adversários que as urnas separaram?
"A inteligência artificial vai transformar o serviço público."	E, se... a revolução demorar bem mais, porque as prefeituras seguem com sistemas fragmentados e pouca capacidade analítica, provando que tecnologia disponível não é transformação institucional?

E, se... tudo isso estiver errado?
Guarde esta coluna. Em dezembro de 2027, a gente confere.

Eleitor distribui força entre novos polos

O cenário formado entre 2024 e 2026 mostra também que Sumaré não substituiu simplesmente um grupo por outro. O eleitor passou a distribuir sua preferência entre diferentes polos.

Henrique do Paraíso venceu a Prefeitura em 2024. Seu irmão Raí obteve a maior votação para deputado federal na cidade em 2026. Ao mesmo tempo, Willian Souza, principal adversário de Henrique na eleição municipal, liderou a votação para deputado estadual dois anos depois.

Rafael Virginelli, Eduarda Campopiano e Alan Leal também apareceram com votações de milhares de votos, ampliando o número de lideranças capazes de mobilizar parcelas relevantes do eleitorado local.

Essa fragmentação fica ainda mais clara quando os resultados são comparados com períodos em que os Dalben concentravam Prefeitura e representação parlamentar. Em 2026, Luiz Dalben terminou com 5.632 votos em Sumaré na disputa federal, enquanto Dirceu recebeu 6.616 para estadual.

Nenhum candidato diretamente ligado a Sumaré conseguiu se eleger deputado federal ou estadual em 2026, apesar das votações expressivas obtidas dentro do município.

Ainda assim, as urnas deixaram uma fotografia diferente da política sumareense. Em apenas dois ciclos eleitorais, nomes que até poucos anos atrás ocupavam posições secundárias passaram para o cen-

tro das disputas, enquanto lideranças tradicionais perderam espaço na preferência local.

Mais do que apontar o desaparecimento de um grupo político, os resultados de 2024 e 2026 indicam uma reorganização. O eleitorado de Sumaré mostrou disposição para testar novos nomes, dividir sua votação entre diferentes campos e alterar rapidamente a correlação de forças da cidade.

Com a eleição municipal de 2028 como próximo grande teste local, Henrique e Raí do Paraíso, Willian Souza e outras lideranças que cresceram nas últimas duas eleições chegam ao novo ciclo ocupando espaços que, durante muitos anos, tiveram presença predominante da família Dalben.

| Paulo Medina

EDUCAÇÃO INFANTIL

Sumaré quer construir e ampliar escolas por meio de Parceria Público-Privada

Com apoio da Caixa Econômica Federal, prefeitura iniciou estudos para avaliar a viabilidade de uma Parceria Público-Privada voltada à construção, ampliação e reforma de unidades de Educação Infantil para crianças de 0 aos 5 anos

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deu início à primeira etapa dos estudos para uma Parceria Público-Privada (PPP) com apoio da Caixa Econômica Federal voltada à construção, ampliação e reformas de unidades destinadas à Educação Infantil, voltada a crianças de 0 a 5 anos. O projeto busca ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal e oferecer espaços adequados para o desenvolvimento das crianças do município.

Neste momento, o programa está na fase de diagnóstico, etapa que identifica as necessidades atuais e futuras da rede e define qual modelo de parceria poderá atender melhor à demanda de Sumaré.

A Secretaria Municipal de Educação está em estágio avançado no fornecimento de dados, levantamentos e estudos necessários para subsidiar essa etapa. Esse trabalho técnico já permitiu antecipar diversas informações e dar agilidade ao início



Projeto busca ampliar oferta de vagas e melhorar infraestrutura da Educação Infantil em Sumaré

das análises que irão fundamentar a tomada de decisão do município.

A PPP é um modelo de contratação em que o poder público estabelece uma parceria de longo prazo com uma empresa privada para a execução de determinados investimentos e serviços de interesse público, sob regras, metas

e fiscalização definidas pelo município. No caso de Sumaré, a proposta em estudo está relacionada à infraestrutura e aos serviços necessários ao funcionamento das unidades, como construção, manutenção e gestão de aspectos não pedagógicos.

A parceria não significa privatização da educa-

ção. A gestão pedagógica, as diretrizes educacionais, o currículo, o acompanhamento da aprendizagem e as políticas públicas de Educação Infantil permanecem sob responsabilidade do Poder Público, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Além disso, os bens e investimentos realizados no âmbito da concessão permanecem vinculados ao interesse público. Ao final do contrato, toda a estrutura e os ativos previstos na concessão retornam ao poder público.

O processo conta com o assessoramento da Caixa Econômica Federal, apoio institucional da Casa Civil e consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos técnicos necessários à avaliação do projeto. A participação desses órgãos e instituições contribui para que o município tenha informações técnicas, econômicas e jurídicas para tomar uma decisão responsável sobre o modelo mais adequado.

Após a conclusão dos estudos técnicos e a definição da modelagem, a etapa final será a realização de licitação para a contratação da concessionária que ficará responsável pelas obrigações previstas no contrato.

Para o prefeito de Sumaré, Henrique do Paraíso (Republicanos), essa parceria é a oportunidade de ampliar a capacidade de in-

vestimento do município e avançar no atendimento às necessidades da população. “Essa é uma parceria histórica. Estamos buscando soluções que permitam a Sumaré avançar na construção de uma cidade com mais oportunidades e serviços públicos de qualidade. A Educação Infantil é uma prioridade porque é nessa fase que começamos a construir as bases para o desenvolvimento das nossas crianças. A parceria está sendo estudada com responsabilidade e transparência, para que possamos encontrar o modelo que traga benefícios concretos para a cidade e para as famílias”, afirmou o prefeito.

O vice-prefeito André da Farmácia (MDB) destacou a importância de ampliar os investimentos na Educação e criar condições para que o município acompanhe o crescimento da demanda. “Estamos investindo no futuro de Sumaré. Precisamos pensar não só no atendimento de hoje, mas também nas necessidades que teremos nos próximos anos. Uma estrutura adequada, novas unidades e ambientes preparados para as crianças significam mais oportunidades para as famílias e melhores condições para o desenvolvimento na primeira infância. Estamos trabalhando para que cada investimento tenha impacto real na vida da população”, afirmou.

O secretário municipal de Educação, Lucas Gomes, ressaltou que a proposta está sendo construída a partir de dados e estudos e que a preservação da dimensão pedagógica é um dos princípios centrais do trabalho. “A Secretaria de Educação está mobilizada para fornecer os dados e realizar toda a articulação necessária para que os estudos sejam feitos com profundidade e segurança. Nosso objetivo é encontrar uma solução que permita ampliar e qualificar a estrutura da Educação Infantil sem abrir mão daquilo que é essencial: o trabalho pedagógico e o compromisso com o desenvolvimento integral das crianças”, destacou.

A Educação Infantil atende uma etapa fundamental da formação das crianças e compreende creches e pré-escolas. Com os estudos, o município busca planejar a expansão da rede de maneira estruturada, considerando a demanda por vagas, a distribuição territorial da população, as condições da infraestrutura existente e as projeções para os próximos anos.

A eventual contratação da PPP somente ocorrerá após a conclusão dos estudos, análise da viabilidade do projeto e realização do processo licitatório, garantindo que a decisão seja baseada em critérios técnicos, econômicos e de interesse público.



TEMOS VAGAS! DE EMPREGO!



GRUPO A EXECUTIVA DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (15 VAGAS)
Ensino Fundamental. Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE EMBALAGEM

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJUDANTE DE HIGIENIZAÇÃO

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL (PCD)

ATENDENTE DE LOJA

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS

BALCONISTA DE PADARIA

CONFERENTE

BALCONISTA DE PADARIA

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ENC. DE DEPÓSITO

ESTOQUISTA

OPERADOR DE TINTURARIA

OP. DE MÁQUINAS TÊXTIL

REPOSITOR

REVISOR(A) DE TECIDO

SALVA - VIDAS

SEPARADOR

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1ª de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP |  (19) 3476.8620



A AEAS trabalhando com os pilares da

**EDUCAÇÃO**

**TECNOLOGIA**

**E INOVAÇÃO**





ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ desde 1982





PROSA
Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa

 (19) 97110-5606

Bolsonaro vence Lula em Hortolândia e amplia virada em antigo reduto petista

Cidade que em 2014 foi o único município paulista a dar vitória a Dilma Rousseff no primeiro turno entrega 52,62% dos votos a Flávio Bolsonaro; Lula fica com 38%, abaixo até de seu desempenho em 2022 na cidade; perfil do eleitor mudou

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia, cidade que durante anos carregou a marca de um dos principais redutos eleitorais do PT no interior paulista, mostrou neste domingo (4) um cenário diferente daquele observado pouco mais de uma década atrás. Flávio Bolsonaro (PL) venceu com folga a disputa presidencial no município e recebeu 66.202 votos, ou 52,62% dos votos válidos, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve 47.873 votos, equivalentes a 38,05%. A diferença entre os dois chegou a 18.329 votos e 14,57 pontos percentuais.

Os números oficiais do Tribunal Superior Eleitoral mostram que 132.571 dos 164.275 eleitores aptos compareceram às urnas em Hortolândia, participação de 80,70%. Com 100% das seções totalizadas, Flávio terminou não apenas à frente de Lula, mas ligeiramente acima de seu próprio desempenho médio no Estado de São Paulo.

No Estado, Flávio recebeu 51,93% dos votos válidos e Lula, 38,20%. Em Hortolândia, portanto, o candidato do PL ficou 0,69 ponto percentual acima de sua média paulista, enquanto o petista terminou 0,15 ponto abaixo do índice obtido no conjunto de São Paulo.

O resultado chama atenção pelo histórico político da cidade. No primei-



Flávio Bolsonaro recebeu 66,2 mil votos em Hortolândia e abriu vantagem de 18,3 mil sobre Lula

ro turno da eleição presidencial de 2014, Hortolândia foi o único dos 645 municípios paulistas em que Dilma Rousseff (PT) terminou na primeira colocação. Naquele ano, a então presidente recebeu 42.889 votos, correspondentes a 42,37% dos válidos. Marina Silva ficou em segundo lugar, com 30,79%, e Aécio Neves teve 22,52%.

Doze anos depois, o cenário praticamente se inverteu. O candidato identificado com o bolsonarismo ultrapassou sozinho a metade dos votos válidos, enquanto Lula ficou abaixo dos 40%. A comparação histórica evidencia uma mudança relevante no comportamento do eleito-

rado para a Presidência, embora um único resultado não permita afirmar que todo o perfil político da cidade tenha mudado.

MUDANÇA JÁ APARECIA EM 2018
A perda da hegemonia petista nas eleições presidenciais em Hortolândia não começou no último domingo. Em 2018, Jair Bolsonaro já havia vencido Fernando Haddad no município. No primeiro turno, Bolsonaro recebeu 54,49% contra 23,23% do candidato do PT. No segundo turno, a vantagem aumentou: 65,68% para Bolsonaro e 34,32% para Haddad. Os dados são da totalização oficial do TSE.

Quatro anos depois, em 2022, Lula recuperou parte considerável do eleitorado petista na cidade, mas não conseguiu terminar à frente de Jair Bolsonaro. No primeiro turno, Bolsonaro recebeu 60.988 votos, ou 48,30%, enquanto Lula somou 54.556, ou 43,20%. A diferença era de apenas 6.432 votos e 5,10 pontos percentuais.

SEGUNDO TURNO
No segundo turno de 2022, Bolsonaro também venceu em Hortolândia, com 69.513 votos, ou 54,60%, contra 57.692 de Lula, equivalente a 45,40%. Apesar disso, a diferença havia diminuído consideravelmente na comparação com 2018.

FLÁVIO AVANÇA E LULA RECUA
A votação de 2026 mostra uma nova ampliação dessa distância já no primeiro turno. Flávio Bolsonaro recebeu 5.214 votos a mais que Jair Bolsonaro havia conseguido na primeira rodada de 2022 em Hortolândia, passando de 48,30% para 52,62%. Lula seguiu o movimento contrário. O petista caiu de 54.556 votos em 2022 para 47.873 neste domingo, uma perda de 6.683 votos na comparação entre os primeiros turnos. Percentualmente, passou de 43,20% para 38,05%, retração de 5,15 pontos percentuais. A diferença entre os principais adversários, que

havia sido de 5,10 pontos no primeiro turno de 2022, saltou para 14,57 pontos neste ano.

O resultado é significativo especialmente porque Hortolândia construiu parte de sua história política recente ligada a administrações e lideranças de esquerda. A cidade chegou a representar uma exceção no mapa eleitoral paulista em 2014, quando Dilma venceu localmente enquanto Aécio Neves liderava na ampla maioria do Estado.

Em 2026, a fotografia eleitoral é outra. Flávio Bolsonaro não apenas venceu no município como alcançou votação proporcional ligeiramente superior à obtida em todo o Estado. Lula, por sua vez, terminou abaixo da própria média paulista e perdeu terreno em relação à eleição anterior.

Os números indicam que, pelo menos na disputa presidencial, Hortolândia deixou há alguns anos de funcionar como reduto automático do PT. A mudança começou a ficar evidente em 2018, diminuiu de intensidade em 2022 e voltou a se ampliar no domingo com a vitória de Flávio Bolsonaro.

Ainda assim, o peso eleitoral da esquerda permanece presente em outras disputas locais. A cidade mantém lideranças historicamente ligadas ao campo progressista, e resultados para cargos proporcionais podem seguir uma lógica diferente da eleição presidencial.



Direito Médico e da Saúde

Lanna Vaughan Romano

é advogada especialista em Direito Médico, Direito da Saúde, Direito da Farmácia e do Medicamento

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com
Rede social- instagram: dra.lanna_vaughan

Se a inteligência artificial errar um diagnóstico, quem responde?

A inteligência artificial já é usada em várias áreas da medicina. Ela pode ajudar a analisar exames, identificar alterações e avaliar riscos. Mas, se o sistema falhar e o paciente sofrer algum dano, quem poderá ser responsabilizado? Imagine que um programa não identifique uma alteração importante em um exame e, por isso, o paciente receba um diagnóstico errado. O médico utilizou a ferramenta, o hospital adotou a tecnologia e a empresa responsável afirma que o sistema funciona corretamente. Para o paciente, no entanto, o prejuízo continua existindo. Nesse caso, a tecnologia deixa de ser apenas uma inovação e passa a criar um problema jurídico. A inteligência artificial pode ajudar na decisão médica, mas

não elimina a responsabilidade dos profissionais e das instituições envolvidas. É necessário investigar a origem do problema. O erro pode estar relacionado à conduta do médico, a uma falha do sistema, à instalação inadequada da tecnologia pelo hospital, à falta de treinamento ou a outro fator. O médico deve analisar os resultados apresentados pela ferramenta e compará-los com os sintomas, o histórico e as condições de cada paciente. A inteligência artificial pode auxiliar o atendimento, mas não substitui o julgamento profissional. Nenhuma ferramenta é infalível. O hospital ou a clínica também poderão responder, dependendo do caso, por falhas na organização do serviço, na

escolha ou supervisão da tecnologia, no treinamento das equipes, na manutenção do sistema ou na adoção de medidas de segurança. A empresa que desenvolveu o sistema poderá ser responsabilizada se houver defeito no produto ou no serviço, informações insuficientes, falhas de segurança ou outros elementos que demonstrem relação entre sua atuação e o dano causado. Essas conclusões não são automáticas. A responsabilidade depende das circunstâncias de cada caso. É preciso comprovar o dano, identificar uma falha ou defeito e demonstrar que essa falha contribuiu para o prejuízo. Também é necessário verificar quais regras se aplicam a cada envolvido. No Brasil, ainda não existe uma lei geral específica, já em vigor, que trate de forma completa da responsabilidade civil pelo uso da inteligência artificial na medicina. Por isso, a análise deve considerar, entre outras normas, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o Código de Ética Médica e as normas do Conselho Federal de Medicina relacionadas ao atendimento e ao uso de tecnologias. O paciente tem direito a receber informações claras sobre seu atendimento e, dentro dos limites da lei, a acessar seus dados e documentos médicos. A situação se torna mais difícil quando não é possível entender como o sistema chegou a determinada conclusão.

Quando houver suspeita de erro, é importante guardar o prontuário, os laudos, os registros de atendimento e as informações sobre o uso da ferramenta. A obtenção de documentos e esclarecimentos pode ser feita por meio de solicitação ao serviço de saúde, dos canais previstos na legislação de proteção de dados ou de medidas administrativas e judiciais adequadas. Para reduzir os riscos, hospitais e clínicas devem adotar medidas de segurança compatíveis com a tecnologia utilizada. Também devem manter registros completos, treinar as equipes, supervisionar o uso do sistema e criar procedimentos para investigar resultados incorretos. Além disso, precisam proteger os dados de saúde, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados e com as normas profissionais e sanitárias aplicáveis. A inteligência artificial pode tornar a medicina mais eficiente e contribuir para diagnósticos mais precisos. Para isso, seu uso deve ser acompanhado de transparência, supervisão humana, segurança da informação e definição clara das responsabilidades. Na medicina, a inovação deve estar a serviço da vida. Quando algo dá errado, a tecnologia não pode ser usada como desculpa para afastar a responsabilidade. Mas essa responsabilidade também não pode ser presumida: deve ser apurada com base nas provas, nas normas aplicáveis e na participação de cada envolvido.

REFLEXOS ELEIÇÕES 2026

Flávio aumenta a votação sobre Lula e consolida voto da direita em Paulínia

Candidato do PL recebeu 56,28% dos votos válidos no município, contra 33,79% de Lula; diferença chegou aos 15,6 mil votos e reforça tendência nas eleições presidenciais desde 2018; em Paulínia, candidato supera média no Estado de SP

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Paulínia voltou a confirmar no domingo (4) uma tendência que já vinha aparecendo nas últimas eleições presidenciais. Flávio Bolsonaro (PL) foi o candidato mais votado na cidade, com 39.264 votos, ou 56,28% dos válidos, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu 23.575 votos, equivalentes a 33,79%. A vantagem do candidato do PL chegou a 15.689 votos e 22,49 pontos percentuais.

O desempenho de Flávio foi superior à média registrada por ele no Estado de São Paulo. No conjunto dos municípios paulistas, o candidato terminou o primeiro turno com 51,93% dos votos válidos, enquanto Lula obteve 38,20%. Em Paulínia, portanto, Flávio ficou 4,35 pontos acima do resultado estadual, enquanto Lula terminou 4,41 pontos abaixo.

Com 100% das urnas totalizadas, Paulínia registrou 69.768 votos válidos para presidente. Dos 89.901 eleitores aptos, 72.666 compareceram às urnas, participação de 80,83%. A abstenção ficou em 19,17%. Também foram contabilizados 1.171 votos em branco e 1.727 nulos.

O cenário eleitoral mostra que Paulínia mantém uma trajetória diferente da observada em cidades que historicamente ti-



Flávio Bolsonaro teve 56,28% dos votos em Paulínia e abriu vantagem de 15,6 mil sobre Lula

veram maior presença da esquerda. No município, candidatos mais identificados com a centro-direita e a direita já vinham liderando as disputas presidenciais anteriores.

VANTAGEM CRESCE EM RELAÇÃO A 2022

No primeiro turno de 2022, Jair Bolsonaro (PL) também havia vencido em Paulínia. Naquela eleição, ele recebeu 33.587 votos, ou 52,13% dos válidos, en-

quanto Lula somou 23.899 votos, correspondentes a 37,09%. A diferença foi de 9.688 votos e 15,04 pontos percentuais.

Quatro anos depois, Flávio ampliou essa distância.

O candidato do PL recebeu 5.677 votos a mais do que Jair Bolsonaro havia conquistado no primeiro turno de 2022. Percentualmente, o campo bolsonarista passou de 52,13% para 56,28%, avanço de 4,15 pontos percentuais.

Lula, por outro lado, passou de 23.899 para 23.575 votos, redução de 324 votos. Em participação sobre os votos válidos, caiu de 37,09% para 33,79%, recuo de 3,30 pontos percentuais.

Com isso, a distância entre os dois principais campos políticos cresceu de 15,04 pontos em 2022 para 22,49 pontos no domingo.

No segundo turno de 2022, a vantagem de Jair Bolsonaro já havia sido ainda maior em Paulínia. Ele

Flávio Bolsonaro ficou acima da média paulista

O resultado de 2026 reforça essa característica. Flávio Bolsonaro teve em Paulínia desempenho proporcionalmente superior ao registrado em todo o Estado, enquanto Lula ficou abaixo da própria média paulista.

No Estado de São Paulo, Flávio terminou com 51,93% e Lula com 38,20%. Em Paulínia, os percentuais foram de 56,28% e 33,79%, respectivamente. A diferença local de 22,49 pontos também foi bem superior à vantagem estadual, de 13,73 pontos.

Os números mostram que Paulínia não apenas manteve sua preferência recente pelo campo polí-

tico ligado ao bolsonarismo como ampliou essa distância em relação ao primeiro turno de 2022.

Para Lula, a cidade permanece entre os territórios mais difíceis da região. Mesmo com o crescimento do eleitorado e a participação de mais de 72 mil pessoas no domingo, o presidente recebeu ligeiramente menos votos do que quatro anos atrás e perdeu espaço proporcional.

Flávio, por sua vez, conseguiu ampliar tanto o número absoluto quanto a participação nos votos válidos em comparação ao desempenho de Jair Bolsonaro no primeiro turno de 2022.

Paulo Medina

terminou com 38.254 votos, ou 59,20%, enquanto Lula recebeu 26.362, equivalentes a 40,80%.

VIRADA À DIREITA EM 2018

O histórico mostra que essa preferência não começou na eleição atual. Em 2018, Jair Bolsonaro obteve em Paulínia 31.771 votos, ou 59,24% dos válidos, já no primeiro turno. Fernando Haddad, então candidato do PT, ficou com apenas 7.749 votos, ou 14,45%.

No segundo turno daquele ano, Bolsonaro ampliou a vantagem e chegou a 71,41%, com 37.123 votos. Haddad terminou com 28,59%, ou 14.863 votos.

Ao contrário de Hortolândia, onde a mudança recente tem peso histórico maior devido ao passado fortemente petista, Paulínia já demonstra há mais de uma década um eleitorado presidencial mais inclinado a candidaturas de centro-direita e direita.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Nutrição para além da informação

Nunca tivemos tanto acesso a informações sobre alimentação. Todos os dias surgem novos estudos, recomendações, vídeos e conteúdos ensinando o que comer, o que evitar e como melhorar a saúde. Mas, diante de tanta informação disponível, existe uma questão que considero importante: será que estamos conseguindo fazer com que esse conhecimento chegue às pessoas de uma forma que elas realmente compreendam e consigam utilizar?

Imagine alguém que recebe a orientação de aumentar o consumo de fibras, melhorar a qualidade dos carboidratos ou distribuir melhor as proteínas ao longo do dia. Tecnicamente, essas recomendações podem estar corretas, mas o que elas significam na prática? Quais alimentos essa pessoa poderia escolher? Como organizá-los nas refeições? E, principalmente, como fazer isso considerando o dinheiro disponível, a rotina de trabalho, os hábitos da família e os alimentos aos quais ela tem acesso? É nesse espaço entre receber uma informação e conseguir utili-

zá-la que a educação alimentar e nutricional se torna tão importante.

Educar em nutrição vai muito além de ensinar quais alimentos são fontes de determinados nutrientes ou entregar uma lista do que deve ser consumido. Envolve compreender a realidade de quem está recebendo aquela orientação, reconhecer seus conhecimentos, suas dificuldades e construir possibilidades de mudança. O próprio Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, publicado no Brasil em 2012, reconhece a importância do diálogo, da valorização da cultura alimentar e da construção da autonomia. Não se trata, portanto, de simplesmente transmitir conhecimento, mas de permitir que as pessoas participem das decisões sobre sua alimentação de maneira mais consciente.

E aqui existe uma responsabilidade importante para nós, profissionais da saúde. Dominar um assunto não significa necessariamente saber comunicá-lo. Podemos compreender profundamente os mecanismos fisiológicos, acompanhar as pesquisas mais recentes e utili-

zar recomendações cientificamente fundamentadas, mas, se não conseguimos traduzir esse conhecimento para a realidade das pessoas, parte do nosso trabalho perde seu alcance. Isso não significa simplificar a ciência a ponto de distorcê-la, eliminar suas particularidades ou transformar recomendações complexas em regras universais. Significa conseguir explicar o que realmente importa, com clareza e responsabilidade, sem exigir que alguém tenha formação na área para compreender o que estamos dizendo.

Também precisamos reconhecer que entender uma orientação não garante ter condições de colocá-la em prática. O Guia Alimentar para a População Brasileira considera obstáculos como custo, disponibilidade de alimentos, tempo, habilidades culinárias e acesso à informação. Uma pessoa pode compreender perfeitamente a importância de melhorar sua alimentação e ainda enfrentar dificuldades concretas para fazer isso. Por essa razão, orientar sem conhecer a realidade de quem escuta pode produzir recomendações corretas do ponto de vista científico, mas pouco úteis no cotidiano.

Essa reflexão se torna ainda mais necessária quando pensamos na maneira como a nutrição é comunicada atualmente. Nas redes sociais, informações científicas disputam espaço com opiniões, experiências pessoais, publicidade e promessas de resultados rápidos. Muitas vezes, aquilo que parece mais simples e convincente não é necessariamente o mais correto. Por outro lado, conteúdos excessivamente técnicos também podem afastar quem não está familiarizado com determinados conceitos. Encontrar um equilíbrio entre acessibilidade e rigor científico é um desafio que exige estudo, responsabilidade e disposição para dialogar.

Na minha prática profissional, tanto nos atendimentos quanto no ensino, considero que uma das partes mais importantes do trabalho é conseguir fazer com que o conhecimento tenha sentido para quem o recebe. Explicar por que determinada mudança pode ser importante, ouvir as dificuldades, discutir alternativas e permitir que a pessoa compreenda suas próprias escolhas faz muito mais sentido do que esperar que ela apenas reproduza uma orientação. Afinal, o objetivo da educação alimentar e nutricional não deveria ser criar pessoas dependentes de regras, mas contribuir para que desenvolvam conhecimento e autonomia ao longo da vida.

Falar sobre alimentação de forma acessível também é uma maneira de ampliar o alcance da promoção da saúde. Isso envolve escolas, serviços públicos, espaços comunitários, meios de comunicação e todos os ambientes em que o conhecimento pode circular. A informação, sozinha, não resolve as desigualdades que interferem na alimentação, mas sua ausência ou a dificuldade de compreendê-la pode representar mais uma barreira.

A ciência da nutrição precisa continuar avançando, assim como nós, profissionais, precisamos continuar estudando e aprimorando nossas práticas. Mas esse compromisso também deveria incluir a maneira como compartilhamos aquilo que aprendemos. Porque produzir conhecimento é fundamental, mas conseguir transformá-lo em algo compreensível, útil e próximo da realidade das pessoas também faz parte do cuidado. E uma educação alimentar e nutricional verdadeiramente acessível não deveria ser um diferencial reservado a alguns espaços, mas um compromisso com a saúde de toda a população.

CONTRATO DE VEÍCULOS

Justiça condena Edson Moura Jr e José Pavan por dano ao erário em Paulínia

1ª Vara do município reconhece improbidade de José Pavan Junior, determina ressarcimento também por Edson Moura Junior e pela empresa Luiz Viana Transportes e fixa suspensão dos direitos políticos por oito anos a Pavan

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Justiça de Paulínia condenou os ex-prefeitos José Pavan Junior e Edson Moura Junior, além da empresa Luiz Viana Transportes Ltda., ao ressarcimento dos cofres municipais por prejuízos relacionados a um contrato de locação de veículos firmado pela Prefeitura. A sentença reconheceu ainda a prática de atos de improbidade administrativa por Pavan, que teve determinada a suspensão dos direitos políticos por oito anos, entre outras sanções. Os valores exatos a serem devolvidos ainda serão calculados em fase de liquidação da sentença.

A decisão é do juiz Lucas de Abreu Evangelinos, da 1ª Vara de Paulínia. A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e tratou de supostas irregularidades em uma contratação iniciada em 2010 para locação de veículos à administração municipal.

O caso teve origem no Pregão Presencial nº 86/2010, aberto durante a gestão de José Pavan Junior. A empresa Luiz Viana Transportes venceu a licitação e, em janeiro de 2011, foi firmado o Contrato nº 77/2011, no valor inicial de R\$ 6,3 milhões e duração prevista de 12 meses. O contrato acabou sendo prorrogado três vezes e permaneceu vigente até janeiro de 2015.



Ex-prefeitos de Paulínia receberam condenação em ação civil pública movida pelo MP

A última prorrogação ocorreu em 2014, já durante a gestão de Edson Moura Junior, pelo valor de R\$ 7,5 milhões. Depois do encerramento formal do contrato, segundo a sentença, Pavan voltou à chefia do Executivo e autorizou o pagamento de R\$ 1,176 milhão à empresa por serviços que não estavam mais amparados por contrato formal.

TCE JÁ HAVIA APONTADO IRREGULARIDADES

A sentença considerou como elemento importante um julgamento anterior do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). Em outubro de 2015, o TCE declarou irregular o pregão e o contrato e também considerou ilegais os atos de despesas decorren-

tes da contratação. A decisão foi mantida pelo Tribunal Pleno em 2017.

Entre os problemas identificados pelo TCE estavam a reunião de 22 tipos diferentes de veículos em um único lote, pesquisa de preços considerada precária e falta de comprovação de que a terceirização da frota seria economicamente vantajosa para o município. O lote incluía máquinas, caminhões, utilitários, vans, ambulâncias, veículos blindados e outros modelos.

Para o juiz, esse conjunto de irregularidades comprometeu a própria validade formal da licitação. A sentença registra que a irregularidade do processo licitatório estava objetivamente demonstrada e que, a par-



FOTOS ARQUIVO TRIBUNA LIBERAL

tir disso, seria necessário analisar individualmente a existência de dolo por parte dos envolvidos.

IMPROBIDADE RECONHECIDA

No caso de José Pavan Junior, a Justiça concluiu que havia elementos suficientes para reconhecer dolo específico.

Segundo a decisão, Pavan foi responsável pela abertura do procedimento, homologação do pregão e assinatura do contrato original de R\$ 6,3 milhões. A sentença também considerou relevante sua atuação posterior, principalmente a autorização de pagamentos depois de encerrado o contrato.

O juiz destacou que, mesmo depois de o TCE de-

clarar a contratação irregular em outubro de 2015, Pavan autorizou o pagamento de três notas fiscais da Luiz Viana Transportes, relativas a serviços prestados sem cobertura contratual entre março e abril daquele ano, totalizando R\$ 1.176.401,48.

Na avaliação da Justiça, a autorização de pagamento decorrente de contrato verbal, depois da manifestação do órgão de controle, demonstrou conduta consciente do então prefeito. A sentença afastou a tese de que ele estaria amparado por pareceres jurídicos porque, segundo o magistrado, esses documentos se referiam à contratação original e não aos pagamentos realizados posteriormente sem contrato vigente.

Com isso, Pavan foi condenado ao ressarcimento do dano relacionado ao período de sua gestão, à suspensão dos direitos políticos por oito anos, ao pagamento de multa civil correspondente ao valor do dano atribuído à sua administração e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos públicos pelo mesmo período. doc_155524192

Em relação a Edson Moura Junior, a sentença analisou principalmente a terceira prorrogação do contrato, autorizada em 2014 por R\$ 7.503.916,46.

Segundo o juiz, naquela época o processo do Tribunal de Contas que questionava a contratação já estava em andamento. A decisão considerou que Edson tinha conhecimento das irregularidades sob análise ao autorizar a continuidade do contrato.

As sanções de natureza punitiva contra o ex-prefeito, no entanto, foram consideradas prescritas. O mandato terminou em fevereiro de 2015 e, pelo regime jurídico aplicado ao caso, a prescrição ocorreu em fevereiro de 2020, antes do ajuizamento da ação, feito em fevereiro de 2021.

Mesmo com a prescrição dessas penalidades, a Justiça entendeu que permanece o dever de ressarcimento do prejuízo atribuído ao período em que Edson Moura Junior administrou o contrato. A reportagem não conseguiu contato com os citados.

Laudo apontou sobrepreço de 78,5%

A ação do Ministério Público foi baseada também em dois laudos produzidos pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela do Patrimônio Público, o CAEX.

Os estudos compararam parte dos valores pagos pela Prefeitura à empresa e indicaram sobrepreço de 78,5%. Inicialmente, o dano histórico total havia sido calculado em R\$ 6.321.945,47. A Justiça, porém, não adotou integralmente esse valor.

Isso porque 42,38% da frota era composta por veículos adaptados ou espe-

cializados, como ambulâncias, furgão móvel, viaturas da Guarda Municipal e veículos destinados a pessoas com deficiência. Esses modelos não tinham correspondentes diretos na tabela usada para comparação.

A sentença reconheceu que seria inadequado aplicar automaticamente o mesmo percentual de sobrepreço a toda a frota. O juiz também observou que o laudo não incorporava integralmente determinados custos, como o seguro total exigido pelo edital.

Por isso, o cálculo final do prejuízo ficará restrito

aos 57,62% dos pagamentos referentes aos veículos considerados diretamente comparáveis. Sobre essa parcela será aplicada a diferença de 78,5% identificada pelo CAEX. O valor definitivo será apurado posteriormente, em fase de liquidação da sentença.

A Luiz Viana Transportes não foi condenada às sanções punitivas previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Segundo a sentença, não houve provas de que a empresa tenha participado da elaboração do edital, influenciado a re-

união dos veículos em lote único ou induzido diretamente a administração a cometer as irregularidades apontadas.

A decisão considerou que a companhia participou de uma licitação aberta pelo município, apresentou proposta e venceu o certame. Para aplicação das penalidades por improbidade a um terceiro, segundo o juiz, seria necessário demonstrar que a empresa induziu ou participou dolosamente da prática irregular. Mesmo assim, a empresa terá de ressarcir os cofres públicos.

A Justiça entendeu que parte dos valores incorporados ao patrimônio da companhia correspondeu a sobrepreço e, portanto, caracterizou enriquecimento sem causa em prejuízo do município. Por esse motivo, a obrigação de devolução foi considerada de natureza civil.

O ressarcimento da Luiz Viana será solidário com Pavan e Edson Moura Junior, limitado aos valores e períodos correspondentes à gestão de cada ex-prefeito.

CONTRATO VERBAL É ANULADO

A sentença também declarou nulo o contrato verbal utilizado para permitir

pagamentos à empresa depois do encerramento do ajuste formal.

O Ministério Público havia sustentado que a continuidade dos serviços sem instrumento contratual válido contrariava a legislação de licitações vigente na época. Ao julgar parcialmente procedente a ação, o juiz acolheu expressamente o pedido de nulidade desse vínculo.

Ao final, a ação do Ministério Público foi julgada parcialmente procedente. A sentença é de primeira instância e, portanto, ainda pode ser questionada pelas partes perante o Tribunal de Justiça de São Paulo.

| Paulo Medina

MELHORIAS

Paulínia entrega revitalização do Fontanário Municipal

Da Redação • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Paulínia concluiu a revitalização do Fontanário Municipal Doutor Pedro Politano Neto, localizado ao lado do Portal Colonial. O espaço, tradicional ponto de acesso da população à água, recebeu melhorias para oferecer mais conforto, segurança e acessibilidade aos usuários. Entre as intervenções

realizadas estão melhorias na iluminação e na acessibilidade, nova pintura, além da instalação de novos bancos e lixeiras. Também foi instalada uma bancada para servir como apoio à população e um novo ralo para facilitar o escoamento da água.

“As melhorias foram pensadas para todos que utilizam o Fontanário, que é um espaço tradicional da nossa cidade, mas principalmente

para os idosos e as pessoas com mobilidade reduzida. É mais uma entrega que busca melhorar, de forma simples e prática, o dia a dia da população”, destacou o prefeito Danilo Barros (PL).

O Fontanário Municipal está localizado na SPA 129/332 e pode ser utilizado gratuitamente pela população 24 horas por dia.

Por meio da Lei Municipal nº 3.855, de 7 de abril de 2021, o local recebeu ofi-

cialmente o nome de Fontanário Municipal Doutor Pedro Politano Neto.

Pedro Politano Neto foi procurador jurídico da Prefeitura de Paulínia, onde também atuou como secretário de Negócios Jurídicos, de Governo e de Planejamento e Coordenação. Também dirigiu a Associação dos Advogados de Campinas e colaborou com a OAB Campinas. Faleceu em 23 de abril de 2020.



DIVULGAÇÃO

Espaço ganhou nova iluminação, pintura, bancos, acessibilidade e melhorias

AO CIDADÃO

Ouvidoria de Americana recebe Selo Ouro por excelência no atendimento

Reconhecimento do TCESP destaca qualidade dos serviços, transparência, efetividade no atendimento e as ações de inclusão, prevenção à discriminação, combate à violência contra as mulheres e incentivo à participação da sociedade

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O setor de Ouvidoria da Prefeitura de Americana conquistou o Selo Ouro Ouvidoria Cidadã, certificado concedido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). A cerimônia de entrega foi realizada nesta semana, na sede do tribunal, na capital paulista.

O reconhecimento é resultado do desempenho alcançado por Americana ao longo de 2026 no Índice de Adequação às Diretrizes de Ouvidoria (IAO), no qual o município atingiu o nível mais alto de excelência. O Selo Ouro considera a qualidade dos serviços prestados, o compromisso com a transparência, a efetividade no atendimento e a escuta das demandas da sociedade.



Ouvidoria de Americana conquista Selo Ouro em cerimônia realizada no TCESP

A pontuação máxima também foi alcançada por iniciativas voltadas à inclusão, à prevenção e ao combate a todas as formas de discriminação e assédio, à prevenção e ao combate à violência contra as

mulheres e ao estímulo à participação social.

Para o responsável pela Ouvidoria de Americana, Eduardo Spilla, a premiação reconhece o trabalho realizado pelos servidores públicos e reforça

o papel do órgão como canal de diálogo entre o cidadão e a administração pública. “Receber esse prêmio é uma honra e demonstra que avançamos na qualidade dos serviços oferecidos. Não teríamos conse-

guido o ouro sem o apoio do prefeito Chico Sardelli e do comprometimento dos nossos gestores para a melhora contínua no atendimento à população”, destacou Eduardo Spilla.

A Ouvidoria Municipal atua como ponte entre a população e a administração pública de Americana. O órgão recebe as manifestações dos cidadãos e contribui para a fiscalização e o aprimoramento dos serviços públicos municipais. Os serviços podem ser acessados pelo site da Prefeitura, em www.americana.sp.gov.br.

OUVIDORIA COMO AGENTE DE MUDANÇA

Os chefes de executivo, vereadores e gestores presentes à cerimônia puderam acompanhar, duran-

te o evento, a palestra de Mário Vinícius Claussen Spinelli, Doutor em Administração Pública e Governador pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-Ouvidor-Geral da Petrobras.

O especialista fez um panorama sobre a sociedade atual e sua busca por canais de informação, bem como acessos para ter suas demandas ouvidas e atendidas. “Nesse contexto entra o papel da ouvidoria como agente de mudança nessa sociedade. Precisamos entender que a sociedade mudou profundamente. Somos o segundo povo mais conectado do mundo e se a gestão pública não entender essa dinâmica, não conversar com isso, essa gestão passará a ser questionada”, explicou.

65.644 VOTOS

Willian Souza se firma como liderança da esquerda na RMC

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Willian Souza (PT) encerrou a eleição de 2026 com 65.644 votos válidos para deputado estadual, consolidando-se como uma liderança da esquerda na Região Metropolitana de Campinas. Considerando a votação total recebida em todo o estado de São Paulo, foi o mais votado entre os candidatos de Sumaré que concorreram à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados.

Ex-vereador por dois mandatos e ex-presidente da Câmara Municipal de Sumaré, Willian terminou a eleição como suplente à Assembleia Legislativa. O resultado amplia sua pro-

jeção para além do município e dá continuidade à trajetória de participação nas principais disputas políticas da cidade.

Sua atuação também é marcada pela relação de proximidade e amizade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao longo dos últimos anos, Willian manteve encontros com o presidente e integrantes do governo federal para apresentar demandas de Sumaré. Em 2024, recebeu o apoio público de Lula durante a disputa pela prefeitura, em uma demonstração desse vínculo político e pessoal.

Entre as conquistas dessa articulação está a inclusão de Sumaré na expansão dos Institutos Federais anuncia-

da pelo governo Lula. Willian participou da mobilização pela implantação de uma unidade no município, defendendo a demanda em Brasília. Sua atuação foi reconhecida em pronunciamento na Câmara dos Deputados, que registrou o empenho do então vereador pela chegada do Instituto Federal à cidade. A conquista representa uma perspectiva de ampliação do acesso à educação pública e à formação profissional para a população.

A defesa dos direitos das mulheres é outra frente de sua trajetória no Legislativo municipal. Willian foi autor do projeto que criou a parada segura para mulheres no transporte coletivo noturno, permitindo o

desembarque fora dos pontos convencionais, dentro do itinerário dos ônibus. A iniciativa busca reduzir a distância percorrida a pé e a exposição à violência de mulheres que trabalham ou estudam à noite.

Também é de sua autoria a legislação municipal voltada à proteção contra a violência obstétrica e à divulgação de boas práticas no atendimento à gravidez, ao parto e ao pós-parto. Essas iniciativas traduzem sua atuação em medidas concretas de proteção, respeito e dignidade para as mulheres.

Após a eleição, Willian reforça o agradecimento aos eleitores, voluntários, militantes e lideranças que participaram da cam-



Petista teve a maior votação total entre os candidatos de Sumaré nas disputas estadual e federal

panha. A continuidade do trabalho político e do diálogo com a população permanece como compromisso, independentemente do exercício de um mandato.

Neste momento, seu foco está na campanha de segundo turno do presiden-

te Lula. Willian concentra sua atuação na mobilização de apoiadores e no fortalecimento da campanha em Sumaré e na região, dando sequência à parceria com o presidente e à defesa das pautas que marcaram sua trajetória.

ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Monzani & Miguel lançam música com participação do Grupo Tradição

Nesta sexta-feira (09), Monzani & Miguel lançam a música “Ironia” com participação especial do Grupo Tradição nas principais plataformas de distribuição digital e Youtube. O single é uma composição de Miguel Tem e Cris Lissoni. A produção musical ficou a cargo de Diogo Leal. A produção de Vídeo é da ProX Produtora. “Ironia” faz parte de uma série de lançamentos que a dupla vem realizando neste ano.

MONZANI & MIGUEL

Monzani & Miguel se conheceram em uma roda de compositores em Curitiba, no Estado do Paraná. Quis o destino que a amizade fosse um pon-

to de partida para que em 2025 formassem dupla. Com recursos próprios gravaram o primeiro DVD no Santa Marta Bar na capital paranaense. Intitulado “Uma Nova História”, o projeto reuniu sete faixas, sendo seis composições da própria dupla.

Entre os destaques deste projeto, estão as músicas “O que a lua já viu”, com participação de João Gustavo & Murilo, dupla do Estado do Mato Grosso do Sul que se consolidou em 2019 com a música “Lençol dobrado”. “Balança e toma”, que contou com a participação de Rafa & Júnior, também do Mato Grosso do Sul. Além da faixa “Zezé compôs”, em parceria com o cantor Vitor Pessaia.

Em 2026, a dupla trabalhou a divulgação de alguns singles que ganharam grande repercussão nas plataformas digitais. Entre elas, “Rave do agro”, composição de Miguel Tem, Monzani MeM, Lucas Amaro e Cris Lissoni. Com a direção da Anverso Agência, o single ganhou um irreverente clipe que ultrapassou 800 mil visualizações de forma orgânica no YouTube.

Monzani é natural da cidade de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo. Cresceu ouvindo o seu pai cantar, que tinha dupla cantando em alguns locais da região. Teve influência no gospel, principalmente através de cantores como André Valadão e Fernandinho. Eclético, ouvia de tudo, do mpb de Djavan, passando pelo rock de Systems Of Down, Green Day, Creed, Blink-182, sem deixar, é claro, os grandes nomes da música sertaneja como Zezé di Camargo & Luciano, Lourenço & Lourival, Trio Parada Dura, entre outros.

Miguel cresceu na região periféri-



ca de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul. O seu finado padrinho, Valdomiro, também conhecido no pagode como Nego Wal, era músico e compositor. Foi graças

a ele, que Miguel teve o seu contato com a música e aos 16 anos já estava cantando e tocando violão, cavaquinho e percussão em um grupo de pagode. Aos 17 anos fez a sua primeira dupla e seguiu carreira na música sertaneja. Miguel tem composições gravadas por artistas como Henrique & Diego, Loubet e João Carreiro.

Batidão, eletrônico, vaneira, clássicos e músicas românticas. O show de Monzani & Miguel agradam todo o tipo de público colocando a galera para cantar e dançar. Com talento, irreverência e profissionalismo, Monzani & Miguel vem construindo uma carreira sólida e reconhecimento notório, conquistando fãs e admiradores por onde passam, inclusive na Festa do Peão de Barretos 2026, onde foram destaques no Palco Camping cantando para uma multidão.

TRIBUTAÇÃO

Parecer dá aval ao projeto do prefeito Leitinho que mantém isenção de IPTU para os contribuintes de Nova Odessa

Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a proposta é legal e poderá tramitar; matéria preserva benefício para aposentados, pensionistas, pessoas com câncer, famílias de baixa renda e imóveis atingidos por alagamentos e cheias

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara de Nova Odessa emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei 70/2026, de autoria do prefeito Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), que altera as regras de concessão de benefícios tributários no município. A proposta mantém a isenção e a remissão do IPTU, mas retira a extensão automática do benefício às taxas relacionadas à limpeza, ao manejo e à disposição de resíduos sólidos urbanos.

O parecer, assinado pelos vereadores Priscila Peterlevitz e Lico Rodrigues, conclui que não há vícios de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa que impeçam o andamento da proposta. Com isso, a comissão se posicionou favoravelmente à tramitação do projeto.

Na análise, a comissão destaca que a mudança não acaba com os benefícios sociais já previstos em lei. Continuam contemplados aposentados e pensionistas, pessoas com neoplasia maligna, moradores em situação de hipossuficiência econômica e social, imóveis atingidos por alagamentos e outras situações previstas na legislação municipal.

O ponto central da proposta é separar o IPTU das cobranças pelos serviços de resíduos sólidos. Na justificativa do projeto, o Executivo sustenta que os dois tributos têm naturezas dife-



Aprovação do projeto do prefeito ainda depende da votação dos vereadores

rentes. Enquanto o IPTU é um imposto geral, as taxas de limpeza e manejo de resíduos estão vinculadas à prestação de um serviço público específico ao imóvel.

Segundo o parecer, a retirada da isenção sobre essas taxas busca corrigir um desequilíbrio no custeio do serviço. A avaliação é que, com a isenção ampla, os valores que deixam de ser arrecadados acabam sendo cobertos pelo orçamen-

to geral da prefeitura e, na prática, divididos entre toda a população.

A própria justificativa encaminhada por Leitinho afirma que o município vem suprimindo esse déficit com recursos do Tesouro e que a alteração procura fazer com que o serviço de coleta e destinação de resíduos tenha sustentação financeira própria.

O projeto deixa claro que a mudança não atinge dire-

tamente a isenção do IPTU. O benefício continuará válido para os grupos que já atendem aos critérios definidos pela Lei Municipal 3.480/2021.

O texto apresentado pelo Executivo mantém, por exemplo, as regras para imóveis residenciais de aposentados e pensionistas e também para proprietários ou responsáveis legais de pessoas diagnosticadas com neoplasia maligna.

Também permanece a possibilidade de isenção ou remissão para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Nesses casos, a situação deverá ser reconhecida pela área municipal de Gestão Social e Cidadania e comprovada dentro do processo administrativo.

Imóveis atingidos por alagamentos continuam contemplados. O projeto prevê apresentação de fotografias ou outros meios de prova, posteriormente avaliados pela Defesa Civil.

MUDANÇA NOS PROCESSOS

Além da questão tributária, o projeto altera procedimentos internos para análise dos pedidos de isenção e remissão.

A Secretaria Municipal de Finanças passa a ter responsabilidade sobre a composição da comissão técnica encarregada de elaborar os relatórios necessários para os processos. A intenção, segundo Executivo e parecer da comissão, é dar mais agilidade, uniformidade e segurança às análises.

O texto estabelece ainda que pedidos que não atenderem aos requisitos legais poderão ser indeferidos pela Secretaria Municipal de Finanças.

BASE LEGAL

No parecer, a Comissão de Constituição e Justiça também cita o Marco Legal do Saneamento Básico para sustentar que os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos devem ter sustentabilidade econômico-financeira.

Projeto prevê fotografias ou outros meios de prova

A comissão entendeu ainda que o município tem competência para legislar sobre a matéria por envolver tributos locais e organização de serviços públicos municipais.

Com o parecer favorável, o PL 70/2026 está apto a continuar sua tramitação na Câmara. A aprovação definitiva ainda depende da votação dos vereadores.

A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para os processos seletivos:

Edital 114/2026
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Edital 115/2026
COZINHEIRO

Edital 119/2026
AUXILIAR DE COZINHA

Para visualizar o edital, acesse:
www.funcamp.unicamp.br

Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | [@andressamartinsadvocacia](https://www.instagram.com/andressamartinsadvocacia)
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

STF esclarece fim da idade mínima na aposentadoria especial

Acórdão da ADI 6.309 confirma que idades de 55, 58 e 60 anos não são mais exigidas na regra permanente

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, em outubro de 2026, o acórdão da **ADI 6.309**, que declarou inconstitucionais as idades mínimas previstas pela Reforma da Previdência para a aposentadoria especial no RGPS. Por maioria de 6 votos a 5, o STF afastou a exigência de **55, 58 ou 60 anos**, conforme o tempo de exposição à atividade nociva. A decisão se aplica à regra permanente destinada aos segurados que ingressaram no RGPS após 13 de novembro de 2019.

O QUE MUDA NA APOSENTADORIA ESPECIAL?
Antes da decisão, a regra permanen-

te exigia, além do tempo de exposição a agentes nocivos:

- **55 anos de idade** para atividades com 15 anos de exposição;
- **58 anos** para atividades com 20 anos;
- **60 anos** para atividades com 25 anos.

Com o julgamento, essas idades mínimas foram afastadas. Permanecem, porém, os demais requisitos, especialmente a comprovação de **15, 20 ou 25 anos de efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde**, conforme a atividade.

E QUEM JÁ CONTRIBUÍA ANTES DA REFORMA?
É importante fazer uma distinção.

O segurado que já era filiado ao INSS em **13 de novembro de 2019**, mas não havia adquirido o direito à aposentadoria, está sujeito à regra de transição.

Essa regra exige uma pontuação mínima:

- **66 pontos** para atividades de 15 anos;
- **76 pontos** para atividades de 20 anos;
- **86 pontos** para atividades de 25 anos.

O acórdão não afastou expressamente essa exigência. Portanto, conforme o entendimento apresentado na matéria, a regra de pontos da transição permanece aplicável.

Quem já havia preenchido todos os requisitos antes da Reforma, por sua vez, pode ter **direito adquirido** às regras anteriores.

A EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS CONTINUA OBRIGATÓRIA
A decisão do STF **não transformou qualquer atividade em especial**. O trabalhador ainda precisa comprovar a exposição efetiva a agentes prejudiciais à saúde pelo período exigido.

Documentos como o **PPP**, elaborado com base em informações técnicas das condições ambientais de trabalho, continuam sendo fundamentais para demonstrar a exposição.

Também permanece a exigência de **180 contribuições de carência**.

A DECISÃO MUDOU O CÁLCULO DA APOSENTADORIA?
Não. O STF afastou a idade mínima da regra permanente, mas **manteve a sistemática de cálculo estabelecida pela Reforma da Previdência**.

Também continua proibida a conversão de tempo especial em comum para períodos trabalhados após **12 de novembro de 2019**.

A decisão se refere ao **RGPS**, administrado pelo INSS. Servidores vinculados a regimes próprios devem observar as regras específicas de seus respectivos regimes.

QUEM TEVE O BENEFÍCIO NEGADO POR CAUSA DA IDADE PODE REVISAR O CASO?
Sim, especialmente quando o pedido foi indeferido porque o segurado não havia atingido a idade mínima, embora já tivesse cumprido o tempo de exposição exigido.

Nessas situações, é necessário verificar a **data em que os requisitos foram preenchidos, o histórico contributivo e a documentação que comprova a atividade especial**.

A decisão do STF, contudo, não significa concessão automática do benefício nem garante, por si só, o pagamento de valores atrasados. Cada caso deve ser analisado individualmente.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

AUTOR DO TEXTO



Júlio José Campigli

Cronista e
Diretor da Pró-Memória

Airton Ataíde Noveletto nasceu em Campinas em 17 de setembro de 1964, filho de Ataíde Noveletto e Angelina Mondini Noveletto. Possui um irmão: Rinaldo Noveletto, também nascido em Campinas em 07 de novembro de 1969.

Airton é casado com Ana Paula Yanssen Noveletto (filha de Herman Yanssen e Roseli Duarte Yanssen), formando uma família com 02 filhos: Ana Carolina Yanssen Noveletto (nascida em 14/03/2000) e João Pedro Yanssen Noveletto (nascido em 04/12/2001). Ana Carolina, após cursar o ensino fundamental e médio, concluiu o Curso de Veterinária e atualmente está cursando o Mestrado nos EUA em sua área de atuação.

Airton cursou a educação infantil (pré-escola) na EE. João Franceschini. A sua família residia perto da Escola e ele ia e voltava da escola a pé, sozinho, atravessando a Avenida Rebouças, que naquela época tinha um trânsito bem tranquilo e sossegado. Após a pré-escola, Airton cursou o Grupo Escolar Prof. André Rodrigues de Alkmin. Lembra que no 1º e 3º anos foi aluno da Profa. Dalva Campigli de Souza Pinto (lembra dela com carinho, pois a considerava uma professora espetacular).

Não se lembra do nome da professora do 2º ano, mas lembra que sua professora do 4º ano foi a Profa. Beli. Tão logo concluiu o 4º ano, a Escola passou a ser uma Escola de 1º grau (EE-PG) e assim cursou da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Nesta época a Escola era dirigida pela Profa. Célia Albanezzi. Recorda com carinho a formação dos alunos em fila no pátio da escola, cantando o Hino Nacional antes da entrada

Airton Ataíde Noveletto (1ª parte)



Airton Ataíde Noveletto no Centro de Memória

em sala de aula. Também tem lembrança de Inspectores de Alunos, tais como: a dona Lili, Antônio Palio, Dorival Gomes Barroca (Pico) e do dentista Dr. Manoel Rosa dos Reis (Manelão). Havia também o dentista Dr. Wilson Biondi, que mais tarde foi transferido para a Escola Dom Jayme de Barros Câmara.

Após concluir o ensino fundamental, Airton ingressou no Colégio Comercial Dr. Leandro Franceschini, onde concluiu o curso de Técnico de Contabilidade. O Colégio era dirigido pelo Prof. Alvino Albanezzi. Após a conclusão deste curso, prestou vestibular, foi aprovado e ingressou no Curso de Educação Física, na UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba).

Mas, o seu grande sonho era cursar Veterinária e por indicação de um cole-

ga veterinário foi realizar o seu sonho: prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Jaguariúna (FAJ). Foi um período difícil e corrido, pois de manhã ia para a Faculdade e a tarde, trabalhava e ajudava a cuidar da família, pois já estava casado e tinha uma filha recém-nascida. Mas, conseguiu terminar a Faculdade e realizar o seu sonho.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Após concluir o Curso Técnico de Contabilidade Airton ingressou no BRADESCO. Tempos depois uma Cooperativa rural que existia em Sumaré acabou encerrando suas atividades e assim, Ataíde com o sócio Marcos Márcio (filho do Antônio Basso Sobrinho) abriram um comércio de produtos pecuários. O comércio ia bem, vendiam

muita ração para animais: boi, vaca, cavalo, porco. Inicialmente era uma casinha de esquina perto da Rodoviária, que depois foi transferida para um salãozinho. Neste período recebia vários agropecuaristas que contavam histórias maravilhosas, pois Sumaré acabou ganhando uma fama de boas vacas leiteiras – era só falar que o leite era de Sumaré, que o preço do valor era maior que o de outras localidades.

O ciclo do leite de Sumaré acabou, mas, tem recordação com carinho do tempo que os pecuaristas recebiam de um caminhão os tambores para transporte do leite, deixados na entrada as suas propriedades. Nessas entregas-devoluções ninguém mexia nos tambores (coisa muito diferente dos dias atuais).

Acabou comprando a parte de seu sócio e em 16/06/1998 constituiu a AGROPECUÁRIA NOVELETTO com sede à Rua João Francisco Ramos, 320, centro, em Sumaré, na atividade de comércio varejista de animais vivos e artigos para animais de estimação, comércio de medicamentos veterinários e varejista de artigos de pesca e caça.

Também foi produtor rural com cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária, notadamente no seu Sítio Esperança, localizado no Bairro Ponte Funda – o bairro dos sítios da família Noveletto.

O fim desse ciclo marcou a mudança das vendas da Agropecuária. Hoje, a maior procura de produtos da sua empresa são para animais de estimação e de companhia, como cachorros e gatos.

CURIOSIDADES

Airton é membro ativo da Loja Maçônica Deus, Justiça e Amor, de Sumaré. No ano de 2025, Airton, sua esposa, e vários colegas residentes em um condomínio de Sumaré, se inscreveram, foram aceitos, adquiriram fantasias de carnaval e foram desfilando no Sambódromo em São Paulo. Desfilaram pela Escola de Samba Rosas de Ouro e se sagraram campeões no final do evento. Assim, Sumaré passou a ter campeões no desfile das Escolas de Samba, com a turma do Airton.

Outro fato interessante ocorreu com o casal Airton e Ana Paula, antes do namoro e casamento. A Ana Paula queria ir a uma festa

na UNIMEP. mas só conseguiu através de uma carona com uma amiga, que iria com o Airton. Após permissão de sua mãe, Ana foi junto com o Airton. Em conversa informal, Ana declarou que não gostava do pessoal da Educação Física daquela Universidade e o Airton declarou que não gostava do pessoal da Faculdade de Direito. Para a surpresa de ambos, Airton declarou que havia cursado Educação Física e gostava disso; já Ana declarou que cursava Direito. Apesar desse fato, começaram a sair juntos, vindo depois o namoro que terminou em casamento.

RESUMO

Airton é filho de Sumaré. É um verdadeiro cidadão desta cidade. Graduado em várias profissões, escolheu ser empresário membro ativo de várias entidades sociais e culturais de Sumaré. Poucas pessoas possuem a qualidade de trabalhar para a família e para a comunidade, sem qualquer retorno profissional.

Finalmente, Airton tem outra qualidade, herdada de seus familiares: o respeito pela Memória de seus antepassados. Buscou – e ainda busca – suas raízes na Itália, no Brasil e, especificamente em Sumaré.

Na entrevista concedida no Centro de Memória deixou uma pasta de documentos obtidos nas comunas italianas e fotos da família Noveletto, de várias décadas.

Por tudo isso, Airton tem uma identificação natural com a Associação Pró-Memória de Sumaré, na qual é sócio e ativo colaborador.

Associação Pró-Memória de Sumaré

Temos um acervo de aproximadamente 250.000 e documentos e 150.000 fotos. Se tiver interesse em preservar as fotos de sua família ou publicá-las, dirija-se ao Centro de Memória. Estudantes, professores, pesquisadores e população em geral são sempre bem-vindos. A Associação Pró-Memória é uma entidade particular, sem fins lucrativos. Se você quiser ajudá-la a se manter ou ampliar suas atividades, torne-se um sócio. Custa R\$ 30,00 por mês. Por conta disso, você recebe todas as publicações semanais da Pró-Memória.

Praça da República, nº 102, Centro, Sumaré/SP
F: (19) 3803-3016
promemoriasumare@gmail.com







ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SUMARÉ



ÓTICA CARON desde 1950
óculos • jóias • relógios



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ desde 1982





CRECI J 19470
Cordenonsi Assessoria Imobiliária Ltda
(19) 3828-7997/3883-2554 www.dszimobiliaria.com.br



DESDE 1977
3803-1330 eldoradoimoveis.com.br



Sistemas de Segurança

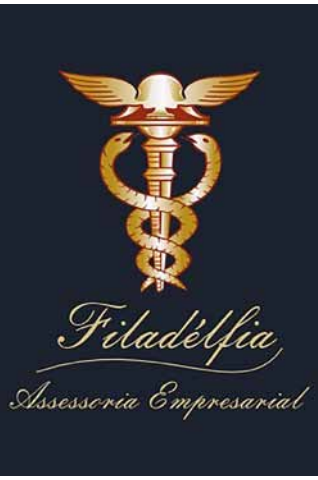


TECNOLOGIA EM PLÁSTICOS E FIOS TÉCNICOS



Telefone (19) 3873-4877 e-mail: g2@cnt.br





Assessoria Empresarial

TEREZINHA MENDONÇA



Terezinha França de Mendonça é um dos maiores nomes do Teatro de Sumaré. Dedicava-se como poucos a essa arte, juntamente com Leovigildo Duarte Jr., que acabaria sendo seu esposo. Nesta foto da década de 1980 Terezinha está ao lado de Valdir Brito (à direita) e de uma pessoa que não conseguimos identificar, à esquerda.

FAMÍLIA DIDONA



A família Didona (ou Dedona, para alguns deles) tem suas raízes brasileiras em Piracicaba-SP. Dessa cidade dois irmãos vieram para Sumaré: Thomaz Didona e Antônio Dedona (Tonico). Os dois estão nesta foto com seus familiares, em Sumaré. Eles estão sentados, lado a lado. Nas duas extremidades, de pé, as duas esposas: Amabile Panzan Didona, à direita, e Ema Pedroni Dedona, à esquerda. Thomaz foi vereador e funcionário municipal; Antônio era pintor de residências; foi também um grande jogador de futebol, vestindo as camisas do Alliança e do Paulista. Thomaz foi homenageado com o nome do Centro de Memória.

TROFÉU FUFO

João Rubens Gigo, um dos maiores empresários de Sumaré, recebe o Troféu Fufu das mãos de Nestor Geraldo Duarte, presidente da ACIAS – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré. Esse prêmio foi institucionalizado pela entidade e destinava-se a homenagear empresas, entidades e empresários que se destacavam no ano.



JAMES ERNESTO VAUGHAN



O garoto mostrado nesta fotografia de 1961 é James Ernesto Vaughan. É descendente dos imigrantes norte-americanos que se estabeleceram em Rebouças, no início do século XIX, no antigo Sítio Sertãozinho. É natural de Sumaré, filho do casal Roberto Riston Vaughan e Vina Selma Vaughan. Nesse ano James estudava no Ginásio Estadual de Sumaré, na Praça da República nº 72.

AMIGOS DA BIBLIOTECA



Evento musical promovido pela Associação Amigos da Biblioteca de Sumaré, no palco do antigo Cine São José ou Cine Rovani. A foto, provavelmente da década de 1980, mostra o Skala Trio.

BETE MENDES EM SUMARÉ



A grande artista do cinema e da Televisão Brasileira Bete Mendes é mostrada nesta foto da década de 1980, na sede social do Clube Recreativo Sumaré, na Avenida Rebouças. Foi num Festival de Teatro Infantil, na gestão de José De Nadai, que tinha o professor Leovigildo Duarte Jr. como Diretor do DECET (Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo).

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

Sítios arqueológicos de Monte Mor



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Resgate da urna funerária

Os achados arqueológicos de Monte Mor demonstram a existência de uma expressiva ocupação humana pré-histórica na região, evidenciada por diversos vestígios encontrados ao longo de várias décadas em diferentes localidades do município. As descobertas incluem urnas funerárias com restos humanos, fragmentos cerâmicos, pontas de flecha, instrumentos de sílex, pilões, pedras de polir, cinzas e carvão vegetal, elementos que revelam aspectos importantes da vida cotidiana, das práticas culturais e das atividades desenvolvidas pelos grupos indígenas que habitaram a área antes da chegada dos colonizadores. Os materiais encontrados entre 1971 e 1976 nos sítios arqueológicos Rage Maluf e Tapajós, bem como em áreas próximas à atual Avovtec, são considerados alguns dos mais relevantes registros arqueológicos locais, sendo

posteriormente incorporados a coleções museológicas para preservação e estudo. A presença de urnas funerárias indica a realização de rituais relacionados ao sepultamento dos mortos, demonstrando que essas populações possuíam práticas culturais definidas e complexas.

Outras informações obtidas ao longo dos anos reforçam a riqueza arqueológica da região. Há registros da possível existência de uma área de fabricação de machados de pedra próxima à estrada de terra que conduzia ao Bairro da Serra, sugerindo que determinados locais poderiam ter sido utilizados para

a produção de ferramentas. Entre 1980 e 1984, nas proximidades da Granja Sol, foram encontradas diversas lascas de sílex que provavelmente correspondiam a resíduos do processo de confecção de pontas de flecha, facas e outros instrumentos de corte. Em 1986, foi localizado um pequeno instrumento de sílex, descrito como um “biface”, ferramenta cuidadosamente trabalhada por meio de técnicas de lascamento, revelando o domínio tecnológico dos antigos habitantes da região. Esses artefatos demonstram que os grupos indígenas dominavam técnicas sofisticadas de

transformação da pedra para a fabricação de utensílios utilizados em atividades como caça, preparo de alimentos, corte de materiais vegetais e outras tarefas essenciais à sobrevivência.

Outro importante conjunto de evidências foi reunido pelo senhor Onofre Elias, proprietário rural que ao longo dos anos coletou aproximadamente quinze pontas de flecha de sílex encontradas em sua propriedade e em áreas vizinhas. Também foram preservadas duas pontas de flecha provenientes de terreno próximo ao sítio Rage Maluf, doadas posteriormente para acervo museológico, contri-

buindo para a conservação da memória arqueológica local.

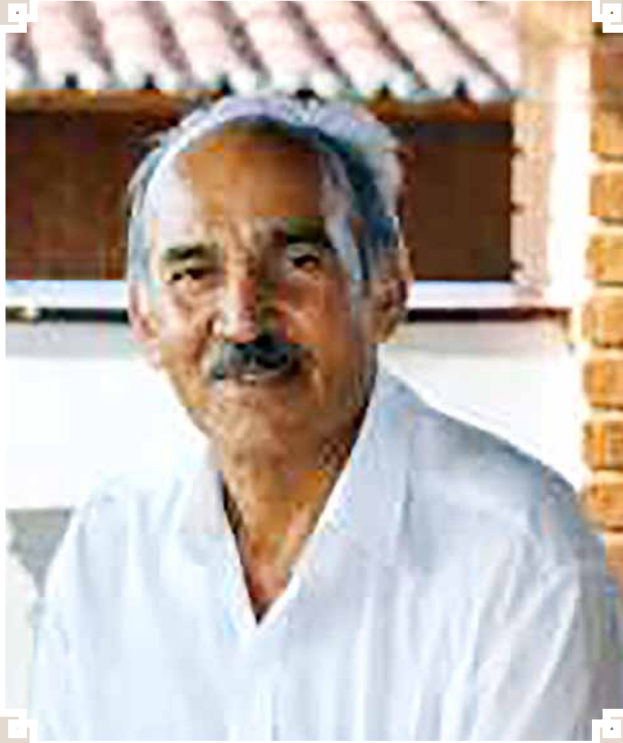
Além das pontas de flecha, outros instrumentos líticos foram encontrados em propriedades rurais do município. Na região da Fazenda Rio Acima foram localizadas duas mãos de pilão de pedra e um fuso também confeccionado em pedra, objetos associados ao processamento de alimentos, especialmente grãos e sementes, e possivelmente a atividades artesanais. Esses artefatos permitem compreender aspectos da economia e da organização cotidiana dos grupos indígenas, indicando práticas de beneficiamento de recursos naturais e utilização intensiva dos materiais disponíveis no ambiente. A presença de pilões, pedras de polir e instrumentos lascados também sugere uma ocupação relativamente estável em determinados locais, possibilitando a realização de atividades domésticas permanentes e a transmissão de conhecimentos técnicos entre gerações.

Em 1988, novas evidências arqueológicas foram identificadas no sítio Nossa Senhora Aparecida, localizado na estrada para o Bairro Monte Belo, onde foram encontrados diversos fragmentos de cerâmica indígena próximos a uma residência. Esses fragmentos reforçam a importância da cerâmica como elemento cultural das populações pré-históricas da re-

gião. Os recipientes cerâmicos eram amplamente utilizados para armazenar água, cozinhar alimentos e realizar práticas funerárias, tornando-se indicadores fundamentais para o estudo arqueológico. A distribuição desses vestígios por diferentes áreas de Monte Mor demonstra que o território foi ocupado por grupos humanos durante longos períodos, provavelmente aproveitando a proximidade de cursos d'água, áreas férteis e recursos naturais abundantes.

Conjuntamente, todos esses achados arqueológicos revelam que Monte Mor possui um patrimônio histórico de grande relevância para a compreensão da pré-história regional. As descobertas de artefatos de pedra, utensílios cerâmicos, urnas funerárias e vestígios de atividades produtivas permitem reconstruir parte do modo de vida das populações indígenas que habitaram a região muito antes da formação do município atual. Esses materiais constituem importantes fontes de informação sobre a ocupação humana no interior paulista e evidenciam a necessidade de preservar, estudar e valorizar o patrimônio arqueológico local, garantindo que a memória dos primeiros habitantes de Monte Mor continue contribuindo para o conhecimento da história e da identidade cultural do município.

JOÃO GONÇALVES



João Gonçalves nasceu em Monte Mor, no dia 1º de abril de 1921. Era filho de Albano Gonçalves de Camargo e de Beliziária Simeão de Camargo. Casou-se com Maria de Paula Penteado, em 22 de julho de 1944, em Monte Mor, onde o casal permaneceu durante toda a vida. Homem de conduta exemplar, João era dedicado à família e aos amigos. Trabalhador incansável, honesto e cumpridor de seus deveres, conquistou o respeito e a estima daqueles que com ele conviveram, deixando a lembrança de um cidadão virtuoso e de princípios firmes. Faleceu em Monte Mor, no dia 13 de fevereiro de 1994, aos 72 anos de idade, e foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

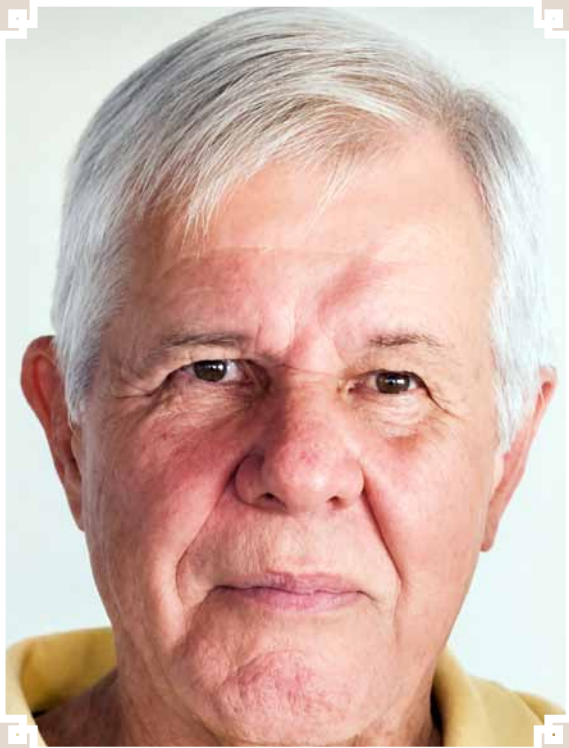
MARIA DE PAULA PENTEADO (FIA)



Maria, carinhosamente chamada de Fia, nasceu em Monte Mor, no dia 28 de julho de 1922. Era filha de José de Paula Penteado e de Flávia de Paula Bauer. Casou-se com João Gonçalves em 22 de julho de 1944, formando uma família à qual se dedicou com carinho e dedicação. Mulher dedicada ao lar, ao marido e aos filhos, Fia era conhecida por sua alegria e simpatia. Comunicativa e acolhedora, conquistou o respeito e a amizade de todos que tiveram o privilégio de conhecê-la, sendo lembrada como uma pessoa que fez muitos amigos ao longo da vida. Faleceu em 19 de dezembro de 2006, aos 84 anos de idade, e encontra-se sepultada no Cemitério Municipal de Monte Mor.

WALDIMIR RAFAEL STEFFEN (NÊ)

Waldimir Rafael Steffen, carinhosamente conhecido como Nê, nasceu em Monte Mor, São Paulo, no dia 8 de julho de 1954. Era filho de Antônio Augusto Steffen e de Maria Jurema de Almeida. Ao longo de sua vida, Waldimir construiu sua história ao lado da esposa, Cleonice Ferreira Steffen, com quem formou sua família. De sua união nasceram os filhos Waldimir, Charles e Izildinha. Nê destacou-se profissionalmente como despachante policial, atividade que exerceu durante muitos anos e na qual conquistou reconhecimento e respeito. Dedicado ao trabalho e sempre próximo das pessoas, construiu ao longo de sua trajetória uma ampla rede de amizades. Faleceu em Campinas, no dia 30 de agosto de 2025, aos 71 anos de idade e foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.



JOSÉ DIONÍSIO DA SILVEIRA

José Dionizio da Silveira nasceu em 4 de dezembro de 1906, em Monte Mor, São Paulo, filho de Lázaro Dionísio da Silveira e Francisca Domiciana de Oliveira. Na época de seu nascimento, seu pai tinha 57 anos e sua mãe, 51. Em 25 de novembro de 1933, José Dionizio casou-se com Rosa Conceição Quaresma, também em Monte Mor, onde constituiu sua família e viveu parte de sua trajetória. José Dionizio faleceu em 06 de junho de 1975 e foi sepultado em Indaiatuba, São Paulo, deixando registrada sua passagem pela história das famílias de Monte Mor e região.

